

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Dez compromissos e (quase) 50 medidas para um país mais coeso

O programa de acção do PNPOT é uma agenda, a dez anos, para o país. O Ministro do Ambiente promete acompanhamento anual dos resultados.



ABEL COENTRÃO · 2 de Maio de 2018, 6:52



Melhorar a qualidade de vida da população idosa é um dos objectivos NUNO FERREIRA SANTOS

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, cuja actualização entrou esta semana na fase de discussão pública, não é um cardápio de receitas para o desenvolvimento do país. A definição de políticas cabe a cada governo, que tem no entanto no documento uma agenda de prioridades para o território nacional, construída a partir da análise das suas condições actuais, dos riscos que ele enfrenta e dos desafios que se colocam ao país, por via, por exemplo, das alterações climáticas e dos compromissos internacionais assumidos nesse campo, como o Acordo de Paris.

O Programa de Acção começa por estabelecer dez compromissos mais gerais, deixando claro que é preciso “robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades; atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica; adaptar os territórios e gerar resiliência; descarbonizar, acelerando a transição energética e material; remunerar os serviços prestados pelo Capital Natural, alargar a base económica territorial com mais

conhecimento, inovação e capacitação e incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território”.

A estes primeiros sete compromissos juntam-se outros três que, segundo o ministro do Ambiente, se direccionam mais concretamente para as entidades responsáveis pelos instrumentos de gestão territorial (IGT), como os Planos Directores Municipais e os Planos Regionais de Ordenamento do Território, entidades essas que deverão “integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade; garantir a diminuição da exposição a riscos e reforçar a eficiência territorial pela concentração da habitação e das actividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, pela economia de partilha e [pela promoção de] consumos de proximidade”.

Com o contributo de todos os ministérios, que durante a preparação desta nova versão do PNPOT entregaram 114 propostas de medidas, o grupo que elaborou a versão actual do documento chegou a um conjunto de 49 medidas distribuídas por cinco áreas, ou sistemas: o Natural, o Social, o Económico, o das Conectividades e o da Governança. Propostas aqui sintetizadas mas que no documento original estão caracterizadas em fichas individuais, associadas a objectivos concretos e a indicadores de avaliação da sua eventual concretização.

PUB

Apesar de não ter ainda sido criado o Observatório do Ordenamento do Território, o ministro do Ambiente considera imprescindível que seja feito um relatório anual, e que os cidadãos possam, online, acompanhar a

evolução das medidas propostas nesta segunda versão do PNPOT. O primeiro relatório deverá ser divulgado no final de 2019.

Medidas por áreas

Sistema Natural

Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício;

Afirmar a biodiversidade como um activo territorial

Valorizar o território através da paisagem;

Planear e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros;

Ordenar e revitalizar os territórios da floresta;

Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática;

Valorizar o litoral e aumentar a sua resiliência;

Qualificar o ambiente urbano e o espaço público.

Sistema Social

Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica;

Garantir o acesso à habitação e promover a reabilitação do edificado;

Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso;

Qualificar, capacitar e valorizar os recursos humanos;

Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar as relações intergeracionais;

Reforçar o acesso à justiça e a proximidade aos respectivos serviços;

Promover a inclusão social e reforçar as redes de apoio de proximidade;

Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas.

Sistema Económico

Promover a competitividade da agricultura;

Dinamizar políticas activas para o desenvolvimento rural;

Afirmar os activos estratégicos turísticos nacionais;

Gerir e valorizar a cultura e o património cultural;

Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços;

Promover a economia do Mar;

Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho;

Desenvolver os ecossistemas de inovação de base territorial;

Preparar, antecipar e capitalizar a Revolução Industrial 4.0;

Reforçar a internacionalização e a atracção de investimento externo;

Organizar o território para a economia circular.

Sistema de Conectividades

Optimizar as infra-estruturas ambientais e de energia;

Optimizar a conectividade ecológica nacional

Suprir carências de acessibilidade tendo em vista a equidade no acesso aos serviços e infra-estruturas empresariais;

Promover a mobilidade metropolitana e urbana

Alargar as infra-estruturas físicas de conexão internacional;

Renovar, requalificar e adaptar as infra-estruturas e os sistemas de transporte;

Digitalizar a gestão e operação dos sistemas de transporte;

Ampliar a conectividade digital internacional através de cabos submarinos;

Reforço dos serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G.

Sistema de Governança

Promover a informação geográfica;

Activar uma nova cultura territorial;

Potenciar e qualificar a cooperação territorial

Aprofundar a descentralização e a desconcentração e promover a cooperação e a governança multinível;

Reforçar as abordagens integradas de base territorial;

Aprofundar a cooperação transfronteiriça e dinamizar as Eurocidades;

Fortalecer as articulações rurais-urbanas;

Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais funcionais;

Inovar, experimentar e prototipar soluções e promover ofertas de serviços.